

**Silva, Vagner Gonçalves da.** *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras*, São Paulo, Edusp, 2000, 194 pp.

## **Pesquisadores em cena e diálogos afro-acadêmicos**

Patricia Birman

Professora do Departamento de Ciências Sociais – UERJ

Em *O antropólogo e sua magia* a natureza da pesquisa antropológica é submetida a uma delicada e persistente interrogação. O argumento central do livro busca responder a uma questão básica e recorrente na disciplina que envolve as condições de produção do seu saber: como trabalha o antropólogo? As respostas a esta pergunta têm, é claro, variado ao longo do tempo já que dependem das opções teórico-metodológicas de quem escreve. Vagner Gonçalves, acompanhando os questionamentos da disciplina a partir dos anos 80, orienta as suas reflexões sobre este campo a partir de seus interesses acadêmicos específicos. O seu trabalho busca repensar as formas pelas quais os antropólogos brasileiros se relacionaram enquanto pesquisadores e também como indivíduos com o domínio de pesquisa designado usualmente como “religiões afro-brasileiras”. Retoma criticamente a relação entre o antropólogo e o campo “mágico” e exótico da possessão – campo este, diga-se de passagem, que remonta às origens da antropologia no Brasil e que, ao longo da história, já foi associado tanto às mazelas dessa sociedade como às suas dimensões “culturais” mais valorizadas. O livro, contudo, não trata da história desta intrincada e perturbadora relação – o autor não parece estar interessado em “desconstruir” historicamente a constituição deste “objeto” da antropologia nacional. O seu ponto de partida nos revela outro objetivo: apoiando-se nas suas próprias dúvidas busca criar um espaço de interlocução, um *lugar comum* partilhado com outros antropólogos que trabalharam nesse mesmo campo empírico. Assim, interroga-se a respeito do trabalho de campo (no processo

de relacionamento com os pesquisados) e da elaboração dos resultados de pesquisa, e também sobre as maneiras e os efeitos da apropriação desta pelos pesquisados. Trata portanto das relações de poder, das diferentes experiências subjetivas e inter-subjetivas do pesquisador e de seus pesquisados, dos seus interesses sociais e morais, dos seus projetos e horizontes políticos, das relações de gênero, de “raça” e de “*status*” que cultivaram. Em suma, “tudo” que de diferentes formas vem participando do trabalho de campo e da elaboração dos resultados por parte dos pesquisadores do campo “afro-brasileiro”. Busca demonstrar através de exemplos retirados da sua própria experiência (e da de seus colegas) como o pesquisador não consegue jamais se desvencilhar de si mesmo nem das injunções que, em diferentes circunstâncias, delinham as condições da pesquisa para construir um modo objetivo de investigação e um relato etnográfico (também objetivo) como resultado desta.

A “falta” de objetividade, contudo, não seria a novidade analítica e/ou metodológica que traz o seu trabalho. Esta reside sobretudo na forma pela qual conduziu a pesquisa. Com efeito, recusa-se a tratar seus informantes e a si mesmo através dos procedimentos que questiona. Assim, por valorizar o fato que a pesquisa antropológica é feita por indivíduos com interesses, condicionamentos, estatutos e visões de mundo específicos, oferece a seus entrevistados um modo de presença na pesquisa que equivale em grande medida àquele que propõe para si próprio. E o meio que encontra para fazer isto é através, em primeiro lugar, de uma antropologia feita na primeira pessoa. A sua experiência organiza as questões que coloca de forma explícita para os outros bem como para os seus leitores. Em segundo, pela valorização de uma perspectiva dialógica na relação que estabelece com os antropólogos e com os religiosos, seus “informantes”. Na relação com ambos pede menos informações do que pontos de vista. Busca uma troca de experiências tanto com antropólogos que deste lugar comum fizeram como ele “trabalho de campo” junto a religiosos, quanto com religiosos que foram objeto de pesquisas como a sua. O fio que une as duas pontas é aquele dado pela dupla condição vivida pelo autor: ele próprio começou seus estudos de antropologia na condição de iniciado no candomblé. Em nome de sua dupla experiência e da instabilidade relativa de suas identidades num campo e no outro pôde ir em busca da colaboração de uns e de outros para tematizar e discutir as diferentes questões que os tem envolvido nas múltiplas situações de pesquisa.

O propósito do autor, portanto, é de elaborar um ponto de vista como um efeito de um encontro com seus colegas e pesquisados. Cria assim um lugar importante no seu trabalho para os depoimentos de seus colegas a respeito destas questões partilhadas. Em vez de proceder atribuindo aos antropólogos entrevistados a condição de “pesquisados” no sentido de “objetivados” pelo seu discurso etnográfico, o que propõe a estes é uma discussão em que a experiência que tiveram dos mesmos problemas venha à tona e se integre a um conjunto de relatos que se relacionam tematicamente e se reforçam mutuamente. Constrói assim um mosaico onde a fala de uns e de outros se sucede, juntando elementos distintos provenientes das experiências singulares de todos. O mesmo tratamento é concedido aos tradicionais pesquisados, isto é, os pais, mães e filhos de santo das casas de candomblé em São Paulo. Eles relatam da mesma maneira as dificuldades por que passaram com “seus” pesquisadores, e também o que nestas interlocuções lhes chamou atenção.

O autor argumenta (citando inúmeras vezes a literatura antropológica bem como os relatos e testemunhos de colegas e companheiros de percurso religioso) o quanto as formas de objetivação são “contaminadas” pelas mais variadas circunstâncias: expectativas, conhecimentos, redes de pertencimento, intenções, exigências, estatutos sociais, projetos políticos, ideológicos dos antropólogos e também dos seus pesquisados. Os depoimentos se misturam, se entrelaçam sem que sejam ordenados segundo uma clivagem que separe com rigor excessivo os homens da ciência daqueles da religião. Até mesmo porque entre seus entrevistados alguns partilham da posição entre os dois lugares que um dia foi a sua.

Como dissemos, a preocupação de Vagner Gonçalves ao questionar a objetividade do pesquisador sobre a relação destes com seus pesquisados deve-se, em parte, às condições em que se deu o seu próprio trabalho acadêmico e, portanto, às dificuldades que ele mesmo enfrentou. Toma como referência no livro, assim, a dupla experiência que o forjou como pesquisador : membro de uma casa de candomblé e mestrando/doutorando, isto é, aprendiz de antropólogo.

A múltipla iniciação vivida quando pesquisava as religiões afro-brasileiras em São Paulo transformou-se pois num projeto científico que veio em seguida desenvolver. Grande parte das perguntas que atravessa o livro decorre da sua posição: de que forma a elaboração do conhecimento pela ciência difere daquela

realizada nas casas religiosas? Como é possível colocar estes conhecimentos em relação? Como seus autores, a partir de interesses distintos, obedecendo a princípios cognitivos e morais diversos, terminam por negociar suas diferenças e estabelecer mecanismos de troca que redundam nisto que designamos como “etnografias”? Como também os religiosos transformam o conhecimento produzido na “academia” num saber “ancestral” ou vice-versa? De que modo uns e outros se influenciam, se adaptam e se antagonizam no curso destas experiências compartilhadas? Quais os compromissos éticos do antropólogo diante do segredo religioso, dos conflitos de posições, das divergências aparentemente inegociáveis?

Visando, em última análise, um aprimoramento do conhecimento antropológico, Vagner Gonçalves pretende explicitar a construção dessa “magia” do antropólogo e as peculiaridades desta como um estranho operador de feitiços que faz desaparecer do campo do visível todas as relações que estabelece “no campo” e fora dele. O livro insiste que estes “atos mágicos” escondem o pesquisador como um indivíduo que cria laços de proximidade, que influencia seus informantes, que modifica o equilíbrio dos poderes locais e que pode legitimar ou deslegitimar as regras e os valores vigentes no grupo que estuda. Enfatiza também o quanto a apropriação do trabalho do antropólogo e o diálogo com este se faz presente nos grupos estudados e se integra portanto a dinâmicas sociais que escapam de seu controle.

O que é, contudo, este *conhecimento*, sobre o qual todos os interlocutores desse livro se debruçam e buscam discutir as condições de sua produção? Esta questão aparentemente simples nos convida a debater com o autor alguns problemas da produção antropológica como, por exemplo, o estatuto que ele atribui à noção de *religião*. Com efeito, Vagner Gonçalves parece hesitar entre uma perspectiva em que *conhecer* significa compreender, segundo a perspectiva de Geertz, ou uma outra em que essa mesma noção é empregada no sentido mais relativista de gerar uma interpretação a partir de um ponto de vista específico – sobretudo quando dá lugar às várias versões sobre os encontros entre pesquisadores e pesquisados. Estas duas posições teóricas são, no entanto, abandonadas em certos momentos a favor de uma terceira, aquela tributária de uma ciência positiva em que conhecer quer dizer estabelecer conceitos com validade universal. A antropologia como ciência, neste livro, vai integrar a crítica pós-moderna da falta de objetividade da ciência como “percalços” ou “armadilhas” a

que todos estão sujeitos e que talvez possam ser evitados com o uso de modelos de investigação mais respeitosos do saber nativo. Nesta perspectiva, a incorporação tanto do autor quanto das relações de pesquisa como parte da construção do objeto antropológico é mais restrita: diz respeito a uma operação metodológica que não afeta a natureza do conhecimento produzido ( a não ser como “falta”). No transcorrer do livro algumas “faltas” de objetividade apontadas são facilmente assimiladas ao repertório já conhecido da disciplina como críticas relativas a um controle insuficiente do antropólogo na coleta dos seus dados. Permite assim que o leitor conclua que se estes dados tivessem sido bem levantados o resultado teria sido certamente um conhecimento mais objetivamente científico e neutro.

A oscilação que apresenta na compreensão do trabalho do antropólogo resulta certamente de uma perspectiva mais universalizante da disciplina enquanto ciência e de uma crítica implícita a um relativismo a qualquer preço. Mas parece decorrer também de um certo ajuste entre o que seria uma “ciência” da religião e a noção de religião como uma disciplina análoga à “ciência”, isto é, como um domínio constituído como produtor de conhecimento. Se “religião” significar um conjunto de saberes relativos ao mundo invisível, o conhecimento a ser produzido pelo antropólogo de certo modo coincide com aquele dos religiosos – ambos teriam, digamos, o mesmo “objeto”, o mundo sobrenatural e as formas dos homens se relacionarem com ele. Os antropólogos teriam como objetivo primordial “conhecer” esta modalidade específica de “conhecimento” e as práticas relacionadas a este.

Não há dúvidas de que esta interpretação da religião é uma entre muitas que circulam no mundo acadêmico e religioso. No entanto, creio que deva ser relativizada. As práticas relacionadas à “religião”, como em muitos momentos o autor nos indica, atribuem sentidos a ações humanas não necessariamente circunscritas ao domínio religioso. Podem concernir a todas as esferas da vida social como, por exemplo, aos jogos de poder e de interesses, aos valores sociais e morais, aos estilos de vida e às identidades étnicas e nacionais etc. Como bem demonstrou Talal Asad, quando critica o conceito de religião empregado por Geertz, a “religião” pode ser tratada como um “objeto” desde que não se ignore como os grupos sociais em causa a concebem e o que praticam sob essa designação. Nem sempre diz respeito a um domínio bem estabelecido na sociedade e nem sempre oferece respostas a problemas

considerados universais. Afinal, nem sempre a “magia” fala da relação com os deuses, como nem sempre seu sentido provém da anomia social. Pode estar nos dizendo coisas fundamentais sobre a economia, sobre o parentesco, sobre a violência e as relações de poder das quais pesquisados e pesquisadores participam na sociedade paulista, entre várias outras possibilidades.

A leitura deste livro nos abre muitas vias para compreender as complexas relações que os antropólogos e seus pesquisados vêm desenvolvendo no campo “afro-brasileiro” e também sobre os limites dos procedimentos “tradicionais” da antropologia. Ao focar sua análise nos procedimentos mágicos o autor deixa entrever o que nos resta de inconcluso e de problemático na antropologia (a começar pelos seus contornos) nestes tempos que aboliram os antigos paradigmas disciplinares sem nos livrar de todos os desafios implicados na prática de uma antropologia com ética e feita com seriedade.